Instabilidade política, econômica e social: esse é o único caminho possível para a América Latina?

Inestabilidad económica, política y social: ¿es ese el único camino para América Latina?

Political, economic, and social instability: Is this the only possible path for Latin America?

Sebastian Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: Índices macroeconômicos melhoram no último semestre, mas as dificuldades de economias muito vulneráveis a choques externos ainda prevalecem na América Latina. O tema da insegurança cresce como agenda política da região e fortalece pressões externas, como a dos EUA, para ações unilaterais, como sanções a grupos de narcotraficantes, como as multilaterais, como a Grande Aliança. Argentina reivindica a soberania das Malvinas e da produção científica, tecnológica e produtiva. O governo boliviano tenta procurar os culpados pelas paralisações sociais dos últimos meses. O governo mexicano tenta buscar tratamento digno para migrantes. E por fim, a ONU se aproximou da Colômbia para lembrar da importância do processo de paz e do Haiti para denunciar a crise da insegurança e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *Los indicadores macroeconómicos han mejorado en el último semestre, pero en América Latina siguen prevaleciendo las dificultades de unas economías muy vulnerables a las crisis externas. El tema de la inseguridad cobra cada vez más importancia en la agenda política de la región y refuerza las presiones externas, como las de EE. UU., para que se adopten medidas tanto unilaterales, como las sanciones a grupos de narcotraficantes, como multilaterales, como la Gran Alianza. Argentina reivindica la soberanía sobre las Malvinas y sobre la producción científica, tecnológica y productiva. El Gobierno boliviano intenta identificar a los responsables de los paros sociales de los últimos meses. El Gobierno mexicano se esfuerza por garantizar un trato digno a los migrantes. Por último, la ONU se ha puesto en contacto con Colombia para recordar la importancia del proceso de paz y con Haití para denunciar la crisis de inseguridad y vulnerabilidad social.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *Macroeconomic indicators have improved over the past six months, but difficulties persist in Latin American economies that are highly vulnerable to external shocks. The issue of insecurity is gaining prominence on the region's political agenda and is intensifying external pressures—such as those from the U.S.—for both unilateral actions, like sanctions against drug trafficking groups, and multilateral initiatives, such as the Grand Alliance. Argentina asserts its sovereignty over the Falkland Islands and its scientific, technological, and productive capabilities. The Bolivian government is attempting to identify those responsible for the social unrest of recent months. The Mexican government is striving to ensure dignified treatment for migrants. Finally, the UN has reached out to Colombia to reiterate the importance of the peace process and to Haiti to denounce the crisis of insecurity and social vulnerability.*

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

A primeira quinzena de julho de 2026 mostrou uma região com maior estabilidade macroeconômica em alguns países, mas ainda marcada por forte polarização política, desafios sociais persistentes e crescente competição geopolítica internacional.

A guerra no Irã e o consequente impacto nos preços do petróleo devido ao fechamento do Estreito de Ormuz impulsionaram a alta dos preços em todo o mundo. A América Latina não foi exceção e, nesse sentido, as expectativas de inflação para 2026 aumentaram durante o primeiro semestre do ano[1]. Em diversas economias, as pressões inflacionárias voltaram a aumentar devido à alta dos preços da energia e dos transportes.

Contudo, embora os aumentos de preços entre janeiro e julho possam ser significativos em alguns países, eles não foram disruptivos. De fato, os únicos países que devem encerrar o ano com inflação anual de dois dígitos são Argentina, Venezuela e Cuba.

Tendo completado o primeiro semestre de 2026, é possível fazer algumas comparações com 2025. Durante 2025, a América Latina manteve um ***crescimento resiliente, ainda que moderado***. Fatores como a ***melhoria dos termos de troca*** e ***condições financeiras inicialmente mais favoráveis beneficiaram a região***[2].

O conflito no Oriente Médio e *a* deterioração das perspectivas globais ***aumentaram*** a ***incerteza e a volatilidade nos mercados financeiros***, o que provocou a alta dos rendimentos dos títulos soberanos.

O choque atual afeta a região principalmente por meio do aumento dos preços da energia e dos alimentos, do aperto das condições financeiras e da maior incerteza.

Diferentemente de episódios anteriores, a América Latina enfrenta esse choque a partir de uma ***posição macroeconômica mais sólida***. Os ***marcos monetários são mais confiáveis, as taxas de câmbio mais flexíveis e os sistemas financeiros mais resilientes***. Contudo, o ***ambiente externo tornou-se mais complexo e as margens de manobra das políticas monetárias e fiscais são menores.***

Prevê-se uma ***desaceleração moderada do crescimento nas sete maiores economias da região*** (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru), ***de 2,2% em 2025 para 1,7% em 2026***, antes de uma ***recuperação para 2,2% em 2027***. ***A demanda interna continua a demonstrar alguma resiliência na maioria das economias***, embora ***o investimento e as exportações sejam afetados por um ambiente externo mais fraco e maior incerteza***. O Brasil e a Colômbia recebem algum apoio dos preços mais altos das commodities e das exportações de energia, enquanto o Chile e o Peru se beneficiam dos altos preços dos minerais. No entanto, esses efeitos positivos compensam apenas parcialmente o impacto negativo dos custos mais elevados da energia, da inflação e das condições financeiras mais restritivas, especialmente nas economias importadoras líquidas de energia.

---

[1] https://www.bloomberglinea.com/latinoamerica/asi-cerro-la-inflacion-en-los-paises-de-america-latina-en-el-primer-semestre-de-2026/

[2] https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/support-materials/2026/06/oecd-economic-outlook-volume-2026-issue-1_8be0dba6/EO119ESP-Perspectivas-economicas-Junio%202026_ESP-PRT.pdf

Tabela 1: Perspectivas Económicas para os Países da América Latina

	PIB VARIAÇÃO %			INFLAÇÃO GERAL %		
	2025	2026	2027	2025	2026	2027
Argentina	4,4	2,8	3,5	41,9	30,5	15,6
Brasil	2,3	1,6	2,1	5.0	4,4	3,6
Chile	2,6	1,7	2,5	4,2	3,8	3,2
Colômbia	2,6	2,4	2,2	5,1	6,1	5,1
Costa Rica	4,6	3,5	3,4	-0,1	-0,1	2,0
México	0,8	0,8	1,8	3,8	3,9	3,2
Peru	3,4	2,9	2,9	1,5	3,6	3,1
América Latina-	2,2	1,7	2,2	3,3	3,6	3,6
OCDE	1,8	1,7	2,2	4,0	4,3	3,0
Mundo	3,4	2,8	3,1			

Fonte: OCDE, PERSPECTIVA ECONOMICA, N°119 de 2026.

Nota: A variação do PIB na América Latina é a média ponderada pelo PIB a valores de paridade do poder de compra dos 7 países na tabela para o PIB. Na inflação da América Latina, a medida simples dos países incluídos não inclui a Argentina.

A transição energética e a demanda por minerais críticos oferecem oportunidades significativas para a América Latina, que possui ***vantagens consideráveis em energias renováveis e recursos estratégicos como cobre, lítio e grafite***. Uma maior diversificação do comércio e das atividades produtivas poderia reduzir a exposição a choques externos e tensões geopolíticas principalmente entre a Casa Branca e Beijing.

No entanto, ***aproveitar essas oportunidades exigirá níveis mais elevados de investimento, infraestrutura aprimorada e marcos regulatórios estáveis e previsíveis***.

A América Latina fortaleceu sua resiliência macroeconômica nos últimos anos. Contudo, em um contexto de choques externos mais frequentes e espaço político reduzido, sem uma recuperação mais robusta do investimento e da produtividade, o crescimento permanecerá insuficiente para acelerar de forma sustentável as melhorias nos padrões de vida de seus cidadãos.

A atual conjuntura econômica da região gera níveis adequados de bem-estar, e observa-se a persistência de altos níveis de emprego; desigualdade persistente em uma região considerada uma das mais desiguais do mundo; aumento dos custos de alguns serviços; e baixo crescimento real dos salários em diversos setores.

Na ***política***, eleições foram realizadas em quase todos os países da região, restando apenas o Brasil e o Haiti. Como tendência, podemos observar a consolidação de governos de oposição e a polarização política regional.

Como mencionado em edições anteriores, a oposição parece estar se consolidando nas eleições, o que constitui uma característica da região, onde os cidadãos não parecem estar elegendo os governantes para permanecerem no poder, como se observa nos processos eleitorais de Colômbia, Costa Rica, e Peru

A região continua a apresentar altos níveis de conflito político, embora a intensidade varie entre os países. Polarização, fragmentação partidária, enfraquecimento da confiança institucional e crescente protesto social predominam. Esse conflito político se manifesta por meio de significativa fragmentação e dispersão dos sistemas partidários e da predominância de lideranças personalistas. As mídias sociais passaram a desempenhar um papel fundamental no marketing político e são centrais na disseminação de desinformação e na radicalização do debate público. O fosso, ou confronto, entre o partido no poder e a oposição intensificou-se, levando a uma menor capacidade de alcançar acordos políticos ou consenso sobre políticas de Estado.

Em virtude da crise de representatividade dos partidos políticos tradicionais e da sua perda de representação, os sistemas partidários estão a enfraquecer. Observa-se também uma ascensão de líderes personalistas e de movimentos emergentes, juntamente com uma maior volatilidade eleitoral. Este cenário significa que muitos países da região têm dificuldades em governar, por não possuírem maiorias parlamentares suficientes para implementar mudanças estruturais.

A região está testemunhando e vivenciando ***protestos sociais*** significativos, com mobilizações ligadas a: custo de vida; salários; reformas previdenciárias; acesso a serviços públicos; segurança cidadã; demandas ambientais; e direitos dos povos indígenas. Embora a intensidade dos protestos em diversos países seja menor do que no período de 2019-2023, o conflito social permanece elevado.

A ***expansão do crime organizado influencia cada vez mais a política*** e parece estar contaminando nossa região, principalmente a violência no Haiti, que dificulta o processo de normalização democrática; a expansão do narcotráfico é visível em países como o Equador; e a presença de organizações criminosas é observada no México e na América Central; a violência está associada às economias ilegais na Colômbia.

A insegurança tornou-se um dos principais determinantes do comportamento eleitoral de muitos latino-americanos, e em pesquisas de opinião em muitos países, a segurança aparece no topo das preocupações dos cidadãos.

Da mesma forma, diversas pesquisas de opinião realizadas na América Latina[3,4,5,6] revelam baixos níveis de confiança nos parlamentos, partidos políticos, judiciário e governos. Essa situação facilita o surgimento de um discurso que defende uma abordagem de "tolerância zero" ou reformas institucionais profundas.

---

[3] https://www.latinobarometro.org/documents/LAT-2024/latinobarometro-informe-2024.pdf?utm_source=chatgpt.com

[4] https://www.oecd.org/es/publications/encuesta-de-la-ocde-sobre-los-determinantes-de-la-confianza-en-las-instituciones-publicas-de-america-latina-y-el-caribe-resultados-2025_b4dea13c-es.html

[5] https://www.undp.org/es/latin-america/blog/en-quien-confiamos-menos-en-las-instituciones-y-mas-en-las-comunidades-en-alc

[6] https://www.economist.com/interactive/democracy-index-2025

Diferentemente do início do século, quando a região apresentava um alinhamento político significativo que permitia ações conjuntas no cenário global, observam-se agora ***importantes diferenças na orientação internacional, gerando também atritos entre os governos dos países*** em relação a: ***alinhamento com os Estados Unidos***; o aprofundamento das relações ou ***laços com a República Popular da China***; ***sanções contra a Venezuela e a China***; e o ***valor estratégico de processos de integração*** como o MERCOSUL, a CELAC ou a Aliança do Pacífico; conflitos relacionados a ***populações migrantes; e segurança de fronteiras***.

A agenda militarista dos EUA aumentará as tensões nas democracias latino-americanas. O governo Trump está promovendo a chamada "***Estratégia Antiterrorista***", convocando os países aliados da região a uma cúpula visando combater a ameaça terrorista, o comunismo, o narcoterrorismo e o "terrorismo de esquerda". Trata-se, na verdade, de uma agenda que impõe uma visão de mundo assolada pelas "***forças do mal***" que devem ser aniquiladas.

Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai, assim como governos europeus e asiáticos (66 países europeus, asiáticos e americanos), participaram do apelo à ação do governo Trump[7]. Esse apelo a governos e organizações de extrema-direita representa um sério risco, pois ocorre em meio à crescente militarização e a uma onda de vitórias de governos apoiados por Trump na região. O fervor predominante é alimentado pelo aprofundamento da Doutrina Monroe de 1823 por Trump. O tom agora é mais agressivo. Já houve interferência flagrante na Venezuela, precedida por bombardeios, e ameaças abertas contra Cuba. Os governos da região foram alertados para que não haja qualquer tentativa de desafiar a hegemonia dos EUA[8].

À luz da ***doutrina Donroe***, forma-se uma Grande Aliança contra a esquerda, liderada pelos Estados Unidos e por vários governos que participaram da cúpula, mas isso gerou grande sensibilidade porque o que ela chama de "***extrema esquerda***" não representa uma ameaça, como afirma o Departamento de Estado. O Departamento de Estado promove a ideia de "***Ocidente***" como um conceito abstrato que serve de elo para a extrema-direita em todo o mundo. A Cúpula contou com a presença do Secretário do Tesouro, Scott Bessent, que colocará todo o aparato do Tesouro em ação para pressionar os países a ajudarem os Estados Unidos nessa cruzada.

A insistência dos Estados Unidos nessa ***"Estratégia Antiterrorista"***[9], está ligada à adoção de um conceito de segurança que vem evoluindo desde o 11 de setembro de 2001, quando o combate ao terrorismo deixou de se limitar à esfera militar e passou a integrar outras dimensões,

---

[7]Obviamente, a cúpula não contou com a participação do México, China, Brasil, Nicarágua ou Colômbia (embora um deles fosse membro do futuro governo do presidente eleito, Abelardo de la Espriella). https://elpais.com/internacional/2026-07-16/rubio-convoca-a-60-paises-a-un-encuentro-para-combatir-a-los-extremistas-de-izquierda-en-todo-el-mundo.html

[8] Nessa cúpula de 16 de julho, onde se discutiu o conceito de "***inimigo total***", o objetivo era coordenar informações de inteligência e compartilhar dados para combater as ações de grupos considerados de esquerda radical, anarquistas e extremistas. Isso se complementa com a estratégia de assinatura de acordos bilaterais de segurança com diversos países e com a iniciativa "Escudo das Américas", que também se concentrou na coordenação de informações de inteligência e na cooperação militar contra o narcotráfico e o terrorismo na região. https://elpais.com/america-colombia/2026-07-20/la-lista-negra-de-la-casa-blanca.html

[9] A estratégia antiterrorista dos Estados Unidos pode ser consultada na íntegra em: 2026-USCT-Strategy-1.pdf

como segurança econômica, segurança energética, segurança tecnológica, segurança da cadeia de suprimentos, proteção de infraestruturas críticas e competição estratégica com a China.

Uma tendência que podemos observar na atual administração americana, particularmente sob Trump, mas que Biden também permitiu que fosse adotada, é a evolução em direção ao conceito de que "***segurança econômica é segurança nacional*** (*economic security is national security*)". Nesse contexto, ***instrumentos comerciais (tarifas, sanções, restrições tecnológicas e controles de investimento) passaram a ser utilizados como ferramentas de política de segurança[10].***

As tarifas impostas pelo governo Trump ao Brasil, embora não sejam uma resposta direta a uma ameaça terrorista, podem ser analisadas dentro de uma estratégia mais ampla dos EUA voltada para a preservação de cadeias de suprimentos consideradas estratégicas; reduzir a dependência de concorrentes geopolíticos; manter a influência sobre países-chave no Hemisfério Ocidental; e limitar a expansão econômica e tecnológica da China na América Latina.

O Brasil é particularmente relevante porque é membro do BRICS; mantém uma parceria estratégica com a China; promove mecanismos financeiros alternativos ao dólar; e possui minerais críticos, recursos energéticos e uma base industrial significativa.

Nesse sentido, a política promovida pelos Estados Unidos e pelo Departamento de Estado implica maior pressão para alinhamento com o país do Norte. Isso não só tem implicações para a segurança, o combate ao terrorismo ou a esquerda, mas também significa que a política comercial está se entrelaçando com a política de segurança; o uso de sanções econômicas como instrumento diplomático está aumentando; o conceito de "aliado estratégico" está sendo redefinido pela incorporação de variáveis econômicas e tecnológicas; e implica uma redução na autonomia dos Estados latino-americanos.

No caso do Brasil, a tensão entre sua relação estratégica com a China e seus laços históricos com os Estados Unidos torna o país um ator central nessa disputa. Sob essa perspectiva, as tarifas podem ser vistas como instrumentos de pressão geoeconômica dentro da Estratégia de Contraterrorismo.

Analisaremos agora brevemente a realidade política e social em cada um dos principais países da região:

A Argentina perde a Copa do Mundo, mas a seleção nacional reafirma sua soberania sobre as Ilhas Malvinas

A Argentina foi o único país da América Latina a chegar à final da Copa do Mundo, mas, após uma derrota por 1 a 0, perdeu para a seleção espanhola. Embora a derrota tenha deixado um gosto amargo para os argentinos, muitos ficaram entusiasmados nas quartas de final,

[10] Essa interpretação é consistente com as abordagens geoeconômicas e de securitização desenvolvidas por autores como Barry Buzan e Ole Wæver. Nessa perspectiva, questões originalmente econômicas — como tarifas — podem ser "***securitizadas***", ou seja, tratadas como questões de segurança nacional, ampliando o repertório de instrumentos que os Estados utilizam para proteger seus interesses estratégicos. Buzan, B., Wæver, O., & de Wilde, J. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner Publishers. Buzan, B., & Wæver, O. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge University Press.

quando, após a vitória contra a Inglaterra, os jogadores desfraldaram uma faixa que dizia: ***"As Ilhas Malvinas são argentinas".***

Apesar dos alertas do governo Milei de que as questões de soberania sobre as ilhas não deveriam ser levadas ao conflito, a vitória da Argentina contra os britânicos despertou o nacionalismo e o sentimento em relação às Malvinas.

A Argentina tem sentido um enfraquecimento do apoio de um grupo significativo de países africanos à sua reivindicação de soberania sobre as Ilhas Malvinas, o que pode ter consequências políticas, diplomáticas e jurídicas.

Vale lembrar que o governo Milei, alinhando-se aos Estados Unidos e a Israel, foi um dos três únicos países a votar contra a resolução promovida por Gana e pela Comunidade Africana que classificava a escravidão africana como o "crime mais grave contra a humanidade". A proposta apresentada por Gana e pela Comunidade Africana recebeu o apoio da maioria dos Estados-membros; alguns, como Espanha, Portugal, Reino Unido e Holanda, optaram pela abstenção. No entanto, a decisão da Argentina de votar contra a classificação da escravidão como o crime mais grave contra a humanidade na história[11].

Em resposta à exibição da bandeira com os dizeres "As Ilhas Malvinas são argentinas" pelos jogadores argentinos, o presidente Milei diferenciou o gesto dos futebolistas da política externa do governo, afirmando que ambas as questões seguem caminhos distintos e que a Argentina continuará a defender sua soberania por meios diplomáticos[12].

Além das Malvinas, o Conselho Interuniversitário Nacional (CIN) tem reivindicado a importância de fortalecer a soberania nas áreas de ciência, tecnologia e produção e não flexibilizar as ações de promoção desses setores. Segundo o CIN, há um processo em curso de ***enfraquecimento das organizações estratégicas do sistema científico e tecnológico nacional e alertou para os riscos à soberania científica, tecnológica e produtiva da Argentina[13]***. Só para lembrar que o atual governo argentino tem cortado o orçamento das universidades argentinas e do sistema nacional de ciência e tecnologia, o que resultou em demissões e protestos nas ruas[14].

Na Bolívia, o governo perseguirá os líderes do bloqueio, incluindo Evo Morales.

Na Bolívia, o governo, após promover um pacote de medidas econômicas que introduzem mudanças estratégicas, como o fornecimento de combustível, tarifas de importação, tarifas de eletricidade, o sistema de pensões por invalidez e a atividade de mineração[15], afirmou que irá perseguir os líderes do bloqueio, incluindo Evo Morales.

O Ministro do Governo, Marco Antonio Oviedo, assegurou que a prisão do líder da Federação Departamental Unificada de Trabalhadores Camponeses Túpac Katari de La Paz,

---

[11] https://www.infobae.com/politica/2026/03/26/por-que-argentina-rechazo-en-la-onu-nombrar-la-trata-de-esclavos-africanos-como-el-crimen-mas-grave-de-la-humanidad/

[12] https://www.perfil.com/noticias/canal-e/javier-milei-hablo-sobre-la-bandera-de-malvinas-de-la-seleccion-y-reafirmo-el-reclamo-diplomatico.phtml

[13] https://www.cin.edu.ar/declaracion-del-comite-ejecutivo-del-cin-del-6-de-julio-de-2026/

[14] https://www.pagina12.com.ar/2026/07/02/para-los-cientificos-mas-ajuste-y-represion-2/

[15] https://larazon.bo/economia-y-empresa/2026/07/01/paquete-de-decretos-conozca-las-normas-que-aprobo-el-gobierno-para-la-economia-y-servicios/

Vicente Salazar, não será a única, mas atingirá todos aqueles que, na opinião das autoridades, tiveram responsabilidade nessas mobilizações, incluindo o ex-presidente Evo Morales[16]. A autoridade também instou o ex-presidente a comparecer perante os tribunais e afirmou que, além dos processos que enfrenta por um caso de alegado abuso infantil, ele deve responder por sua suposta participação nos bloqueios. O Ministério afirma que a investigação visa apurar as responsabilidades pelos danos causados durante os 53 dias de bloqueios, que, segundo o Executivo, afetaram o abastecimento de alimentos, combustíveis, medicamentos e o funcionamento normal de diversos serviços no país.

Por outro lado, o sistema judiciário boliviano concedeu prisão domiciliar ao ex-comandante do Exército Juan José Zúñiga, acusado do movimento militar de 26 de junho de 2024, que ocupou a Plaza Murillo e constituiu um "autogolpe de Estado"[17].

Lula acusa Trump de pirataria por cobrar pedágio no Estreito de Ormuz[18,19]

Lula argumentou que Washington "*não deveria cobrar*" pelo trânsito marítimo em uma hidrovia que permaneceu aberta à navegação antes de Trump "inventar" o conflito.

O presidente brasileiro acusou Donald Trump de pirataria por anunciar uma taxa de 20% sobre navios que cruzam o Estreito de Ormuz sob proteção militar dos EUA. Lula criticou duramente o anúncio de Trump de atuar como *"guardião do Estreito de Ormuz"* e exigir um reembolso de 20% sobre toda a carga transportada para cobrir custos de segurança: *"Isso costumava ser chamado de pirataria, não é?",* questionou o presidente. *"Um país importante como os EUA, que por muito tempo combateu a pirataria, não pode agora se tornar um pirata.*"

Ele classificou a medida como antidemocrática e anticivilizatória, acusando a Casa Branca de querer "*lucrar com a desgraça alheia*". Afirmou que Washington *"não deveria cobrar"* pelo trânsito marítimo em uma hidrovia que permanecia aberta à navegação antes de Trump *"inventar"* o conflito com o Irã.

Lula afirmou que o conflito no Oriente Médio já está tendo sérias consequências para a economia brasileira devido à alta dos preços internacionais do petróleo, que está elevando o custo do diesel e da gasolina e impactando o preço de produtos básicos. "*O preço da guerra está se refletindo no preço do feijão, do arroz...*" Menos de quatro meses antes das eleições brasileiras, Lula defendeu as ações de seu governo para conter o aumento do custo de vida, como o imposto de 12% sobre as exportações de petróleo brasileiro, destinado a financiar medidas para mitigar a alta dos preços. O objetivo, explicou ele, é evitar "*que o preço do feijão suba por causa da guerra do Sr. Trump".*

O Estreito de Ormuz, por onde passa aproximadamente um quinto da produção mundial de petróleo bruto, foi fechado pelo Irã na semana passada, após a retomada do fogo cruzado no Oriente Médio, depois de um breve cessar-fogo. Em resposta, os EUA impuseram um bloqueio

[16] https://larazon.bo/nacional/2026/07/05/gobierno-dice-que-seguiran-tras-los-lideres-del-bloqueo-incluido-morales/

[17] https://larazon.bo/nacional/2026/07/13/zuniga-es-beneficiado-con-detencion-domiciliaria-tras-dos-anos-preso/

[18] https://www.telesurtv.net/lula-acusa-trump-pirateria-peaje-ormuz/

[19] https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/07/13/lula-trump-estreito-hormuz.htm

aos portos iranianos, intensificando um conflito que Lula descreveu como uma guerra "*inventada*" pelo governo republicano.

Em relação aos problemas do continente americano, o governo brasileiro doou 48 toneladas de leite em pó para crianças cubanas. Essa ajuda ocorre em meio ao endurecimento do embargo econômico, comercial e financeiro dos EUA contra Cuba, bem como às restrições ao fornecimento de combustível para a ilha[20].

O bloqueio econômico contra Cuba, que já dura quase sete décadas, foi intensificado no final de 2025, com restrições navais à Venezuela, principal fornecedora de petróleo para a ilha. Em janeiro de 2026, os Estados Unidos ampliaram as sanções, ameaçando punir quem comercializasse petróleo com Cuba, o que resultou em três meses sem abastecimento de combustível. Recentemente, novas sanções dos EUA atingiram setores como turismo, mineração e a estatal do petróleo cubana. Essas medidas têm provocado aumento de apagões, elevação nos preços de itens essenciais, redução do transporte público e diminuição da oferta de alimentos subsidiados[21].

Por fim, destacamos que o Supremo Tribunal Federal do Brasil negou autorização para a visita do presidente argentino Javier Milei ao ex-presidente Jair Bolsonaro na residência onde este se encontra em prisão domiciliar por tentativa de golpe[22].

Kast leva a agenda de combate ao crime para a cúpula do Mercosul.

O presidente chileno, José Antonio Kast, assinou acordos para fortalecer a cooperação bilateral no combate ao narcotráfico com os presidentes do Uruguai e do Paraguai [23]. Kast e Orsi reafirmaram seu compromisso de trabalhar juntos para enfrentar a ameaça do crime organizado transnacional e promover maior integração econômica na América Latina.

O presidente chileno celebrou a adesão do Uruguai e do Paraguai ao "***Acordo de Santiago***", uma iniciativa promovida por seu Ministério das Relações Exteriores para coordenar o combate ao crime organizado em nível regional.

Kast também reconheceu que o Chile atravessa uma "*situação crítica em termos de desemprego e crescimento*" e elogiou a estabilidade do Uruguai: "*Queremos retornar a esse caminho de crescimento. Assim como o Chile foi um farol, queremos brilhar novamente, mas*

---

[20] http://www.cubadebate.cu/noticias/2026/07/14/brasil-envia-a-cuba-donativo-de-48-toneladas-de-leche-en-polvo/

[21] https://portalcambe.com.br/brasil-envia-leite-cuba-ajuda-humanitaria/

[22] O juiz Alexandre de Moraes proibiu todas as visitas ao ex-presidente por 30 dias como punição pela divulgação de uma carta política por meio de seu filho, Flávio, em violação a uma ordem judicial que o impede de se comunicar por meio de redes sociais, inclusive por terceiros. A proibição prevê apenas exceções para consultas médicas, sessões de fisioterapia e visitas de seus advogados. Bolsonaro, de 71 anos, cumpre pena de 27 anos de prisão por planejar um golpe de Estado em 2022 para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. https://www.pagina12.com.ar/2026/07/18/la-corte-suprema-brasilena-prohibio-que-milei-visite-a-jair-bolsonaro/ e Alexandre de Moraes é alvo de 52 pedidos de impeachment no Senado

[23] https://www.soychile.cl/Santiago/Politica/2026/07/01/956076/kast-orsi-chile-uruguay-cooperacion.html

também devemos aprender com nossas nações irmãs que, mesmo com uma população muito menor, deixaram sua marca no mundo."

Chile e Uruguai assinaram dois acordos entre seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores, focados na cooperação entre escolas de diplomacia e no reconhecimento de assinaturas digitais. Além disso, Orsi anunciou que novos memorandos sobre segurança e infraestrutura serão assinados nos próximos meses.

O Presidente do Chile também assinou acordos do mesmo teor com o paraguaio, Santiago Peña, sobre questões econômicas e de combate ao crime transnacional durante sua participação na Cúpula do MERCOSUL e Estados Associados.

Chile e Paraguai abordaram temas de interesse comum para o fortalecimento das relações políticas, econômicas e de segurança entre as duas nações[24]; o fortalecimento de um diálogo político e a cooperação estratégica em curso entre os dois países; a promoção da integração física e econômica do Cone Sul como pedra angular do desenvolvimento regional; Promoção de novas oportunidades de comércio e investimento, destacando o dinamismo do comércio bilateral e o papel do Chile como um dos principais investidores no Paraguai; a consolidação de um marco legal mais moderno e previsível para a atividade econômica por meio do acordo para evitar a dupla tributação e o fortalecimento do Acordo Bilateral de Comércio; Continuar promovendo o Corredor Rodoviário Bi-Oceânico como infraestrutura estratégica para conectar os oceanos Atlântico e Pacífico, gerar investimentos, fortalecer a logística e criar novas oportunidades de desenvolvimento para a região.

Além disso, ambos os chefes de Estado reafirmaram seu compromisso no fortalecimento da coordenação contra o crime organizado transnacional por meio do compartilhamento de informações e do trabalho conjunto entre as instituições relevantes; a promoção de ações coordenadas nas áreas de segurança, controle de fronteiras, migração, alfândega, inteligência e cooperação judiciária; o fortalecimento da cooperação na prevenção e no combate ao tráfico de pessoas e proporcionar maior proteção e assistência às vítimas. Aprofundar a cooperação bilateral em áreas como ciência, inovação, educação, cultura, turismo, esportes, assuntos consulares e migração, e manutenção de uma agenda de trabalho permanente que contribua para o desenvolvimento de ambos os países e o fortalecimento da integração regional.

Na Colômbia, a ONU insta o governo eleito a acelerar a implementação do Acordo de Paz assinado em 2016[25]

Em seu relatório sobre a Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia, que abrange o período entre 27 de março e 26 de junho de 2026, o Secretário-Geral António Guterres destacou o compromisso democrático dos colombianos durante as eleições presidenciais de 2026, ao mesmo tempo que apelou a uma transição governamental tranquila e cooperativa para proteger os progressos alcançados na implementação do Acordo de Paz Final[26].

[24] https://radio.uchile.cl/2026/07/01/chile-sella-alianza-con-paraguay-en-materia-tributaria-y-contra-la-trata-de-personas-en-gira-del-presidente-kast/

[25] https://caracol.com.co/2026/07/15/onu-ratifica-respaldo-a-la-paz-de-colombia-y-pide-una-transicion-de-gobierno-fluida-y-cooperativa/

[26] https://x.com/MisionONUCol

Guterres destacou a resiliência das instituições colombianas e os níveis recordes de participação nas eleições que terminaram em 21 de junho com a eleição de Abelardo de La Espriella como Presidente da República, que assumirá o cargo em 7 de agosto. *"Uma transição tranquila e cooperativa entre governos ajudaria a preservar o progresso que a Colômbia alcançou sob o Acordo de Paz e a lançar as bases para enfrentar os desafios atuais"*, afirmou o Secretário-Geral.

"A transição para um novo governo está ocorrendo em um momento crítico para o processo de paz" completou Guterres e adicionou que "as áreas onde a violência é mais aguda são precisamente aquelas onde a implementação tem sido insuficiente. As políticas de segurança e as iniciativas de paz podem reforçar-se mutuamente de forma harmoniosa."

A ONU reconhece o progresso gradual na implementação do Acordo de Paz, mas alerta que esse progresso tem sido desigual entre as regiões. O relatório destaca a necessidade de superar desafios estruturais, fortalecer a presença institucional nos territórios mais afetados pelo conflito e melhorar a coordenação entre as entidades para que os benefícios das medidas acordadas cheguem efetivamente às comunidades.

Um dos pontos enfatizados pela organização é a situação dos mais de 11.000 ex-combatentes que ainda estão em processo de reintegração uma década após a assinatura do Acordo. A ONU considera essencial fortalecer as garantias de segurança e ampliar as oportunidades econômicas para consolidar sua transição para a vida civil.

Destacamos também que o vice-presidente eleito José Manuel Restrepo também se reuniu com o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, para discutir a cooperação em segurança[27].

Rubio expressou o interesse do novo governo em que a Colômbia se junte à iniciativa Escudo das Américas, bem como em fortalecer a cooperação em questões de segurança, a erradicação de plantações ilícitas, a restauração da ordem e o fortalecimento das Forças Armadas, respeitando a soberania nacional.

As partes exploraram oportunidades para expandir o comércio bilateral entre Colômbia e Estados Unidos, atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico do país — temas que fazem parte da agenda econômica que está sendo implementada pela equipe do presidente eleito em Washington.

Ao mesmo tempo, o presidente Petro convocou os cidadãos a participarem de uma mobilização nacional no dia 20 de julho em defesa das reformas sociais implementadas durante seu governo[28]. A convocação causou controvérsia porque, além de ser uma data patriótica, por ser o Dia da Independência, 20 de julho de 2026 é o dia em que o novo Congresso da República tomará posse para o período de 2026-2030[29].

Por fim, destacamos que o senador colombiano *Iván Cepeda acusou Abelardo de la Espriella de trair a soberania da Colômbia*. Em coletiva de imprensa, ele afirmou que o *presidente*

---

[27] https://www.larepublica.co/economia/jose-manuel-restrepo-se-reunira-con-marco-rubio-secretario-de-estado-de-ee-uu-en-washington-4436228

[28] https://x.com/petrogustavo

[29] https://www.colombia.com/actualidad/nacionales/gustavo-petro-invito-de-nuevo-a-movilizaciones-el-20-de-julio-592224

eleito está cedendo decisões estratégicas aos Estados Unidos antes mesmo de assumir o cargo, colocando em risco a soberania nacional antes de tomar posse em 7 de agosto de 2026[30].

O congressista denunciou que o círculo político do futuro governo está entregando o controle da segurança nacional ao governo dos Estados Unidos e agindo contra os interesses do país. Ele afirmou que o líder de direita carecerá de legitimidade política e ética, apesar da posse formal.

Em El Salvador, o presidente Bukele defende a reeleição por tempo indeterminado.

O presidente de El Salvador, Nayib Bukele, defendeu na terça-feira a reeleição presidencial por tempo indeterminado e respondeu a perguntas da presidente do Escritório de Washington para Assuntos Latino-Americanos (WOLA), Carolina Jiménez Sandoval, que criticou a reforma constitucional que permite um novo mandato consecutivo[31].

Bukele respondeu na mesma plataforma e afirmou que "*Canadá, Reino Unido, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Irlanda, Itália, Holanda, Bélgica, Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Luxemburgo, Áustria, Suíça e Japão, entre muitos outros países, também o possuem*."

Segundo Bukele, "*simplesmente adicionar a palavra 'democracia' como adjetivo não torna automaticamente um sistema mais democrático*", visto que, nesses modelos, são os partidos políticos ou coligações que designam o líder.

"*Esse sistema pode funcionar bem ou mal. Pode ser extremamente bem-sucedido ou não. Isso seria outro debate. Mas, por definição, não é mais democrático do que a eleição direta do chefe de governo pelo povo, entendendo-se democracia em seu sentido essencial: o poder do povo*."

Bukele acrescentou que cada nação tem o direito de definir seu próprio sistema político e comparou o caso de El Salvador com o de outros países que mantêm monarquias hereditárias ou outras formas de governo. Ele também destacou que inúmeras constituições ao redor do mundo foram modificadas por meio de conflitos ou golpes de Estado, enquanto, segundo ele, em El Salvador as mudanças foram resultado de uma decisão tomada nas urnas.

"*Todos terão sua opinião. No final, os resultados determinarão se os salvadorenhos escolheram um bom caminho e, sobretudo, se escolhemos um caminho melhor do que o que trilhávamos antes. Que Deus os abençoe e espero que vocês também encontrem o seu caminho*."

O debate em torno da reeleição de Nayib Bukele[32] gira em torno de um conflito entre a legitimidade democrática derivada do apoio eleitoral e a legalidade constitucional, bem como a separação de poderes. O debate se intensificou porque Bukele, após garantir a indicação de seu partido, busca concorrer a um terceiro mandato consecutivo nas eleições de 2027, após as reformas constitucionais aprovadas em 2025.

---

[30] https://www.radiopichincha.com/ivan-cepeda-espriella-traicion-soberania/

[31] https://efe.com/mundo/2026-07-15/el-salvador-bukele-defiende-reeleccion-indefinida/

[32] https://apnews.com/article/el-salvador-bukele-third-term-president-constitution-e558da522c8ddac7b7fe2508597bdf33

O debate em torno de Bukele transcende a figura do presidente e levanta uma questão mais ampla: pode uma maioria democrática modificar as regras constitucionais[33] para permitir a permanência indefinida do mesmo líder no cargo, ou devem existir limites institucionais para preservar a alternância de poder? Esta é a questão central que atualmente divide juristas, cientistas políticos e organizações internacionais.

No Equador, organizações sociais estão se mobilizando junto ao Conselho Nacional Eleitoral para exigir a destituição do presidente Noboa

Membros da plataforma cidadã Revoca EC se reuniram hoje em frente ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) do Equador para exigir que o órgão dê prosseguimento ao processo de destituição do presidente Daniel Noboa.

Entoando slogans como "Revogação já" e "Fora Noboa", os manifestantes exigiram que a CNE cumprisse a determinação e entregasse os formulários para coletar as assinaturas necessárias, uma etapa essencial no processo de revogação, mecanismo estabelecido na Constituição.

O advogado Washington Andrade[34], um dos promotores da iniciativa jurídica que busca acelerar a saída de Noboa do poder, solicitou que o CNE tivesse acesso aos documentos apresentados pelo Executivo como parte de sua defesa, em um conjunto de 22 documentos. Atualmente, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) está analisando duas petições revogatórias contra o presidente Noboa e o presidente Pinto. Ambas as iniciativas alegam que o governo não cumpriu o plano apresentado durante a campanha.

No entanto, o governo sustenta que as petições carecem de fundamento legal e solicitou ao órgão eleitoral que as rejeite, argumentando que seus proponentes buscam utilizar esse mecanismo constitucional para desestabilizar o país.

Por fim, o Presidente Noboa nomeou o *Dr. Juan Carlos Aveiga Parra como o oitavo Ministro da Saúde de seu governo*. A mudança ocorreu em um momento difícil em relação ao abastecimento de medicamentos no sistema público de saúde[35].

A ONU alerta para a "crise mais grave do Hemisfério Ocidental" no Haiti.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, alertou que o Haiti está "atravessando a crise mais grave do Hemisfério Ocidental" e a terceira mais grave a nível mundial, superada apenas pelos conflitos na Palestina e no Sudão, com 6,4 milhões de pessoas a necessitarem urgentemente de assistência humanitária[36], [37]. Em suas declarações, Guterres alertou que cerca de seis milhões de pessoas no Haiti enfrentam grave insegurança alimentar. "*Conversei com muitos homens, mulheres e crianças que fazem apenas uma refeição por dia*", disse ele. Ele denunciou que o número de crianças recrutadas por gangues triplicou, a ponto de "*um em cada dois membros de gangues ser menor de idade".*

[33] https://efe.com/mundo/2026-05-14/constitucion-el-salvador-nayib-bukele
[34] https://x.com/Drwandradee
[35] https://ecuadorcomunicacion.com/daniel-noboa-cambia-la-direccion-del-ministerio-de-salud-y-nombra-a-juan-carlos-aveiga-como-nuevo-titular
[36] https://www.telesurtv.net/onu-advierte-crisis-severa-en-haiti/
[37] https://www.gazettehaiti.com/index.php/node/13906#google_vignette

"O Haiti não está pedindo caridade. O Haiti está pedindo ao mundo que cumpra sua palavra. E o Haiti não pode esperar. A maior vergonha não é a violência das gangues. A maior vergonha é a indiferença, a indiferença de um mundo que tem ignorado o problema por tempo demais", afirmou o Secretário-Geral e adicionou que "[...] devo dizer que, quando olho para as tropas que participam da Força de Repressão a Gangues, vejo chadianos, jamaicanos e veremos bengaleses; não vejo países desenvolvidos contribuindo. Acho que é hora dos países em desenvolvimento começarem a participar desse tipo de operação, porque é importante mostrar que todos nós importamos no mundo de hoje", finalizou Guterres.

No México, a presidenta Sheinbaum rejeita a ordem de Donald Trump para retomada das detenções de migrantes[38].

A presidenta Sheinbaum Pardo expressou sua discordância com a ordem do presidente Trump de restabelecer as detenções de imigrantes durante abordagens de trânsito, defendendo o respeito aos direitos humanos dos migrantes e a distinção entre indivíduos com antecedentes criminais e aqueles que enfrentam apenas uma infração administrativa relacionada ao seu status imigratório.

Em uma coletiva de imprensa, a presidenta foi questionada sobre a medida anunciada por Trump. "*Sabemos que não concordamos com isso"*, disse ela. Ela explicou que, se uma pessoa cometeu um crime, "*ela deve ser processada*", mas reiterou que o status imigratório irregular não deve ser criminalizado. "*Se houver uma pessoa que, por razões imigratórias e de acordo com a lei dos EUA, deva ser deportada, isso deve ser feito com respeito aos direitos humanos*", afirmou. Sheinbaum citou como exemplo aqueles que "*trabalham nos Estados Unidos há 30 anos*", alguns com emprego formal e outros sem documentos, para os quais exigiu "*respeito aos direitos humanos e cooperação com o país e com os Estados Unidos*".

Em relação ao relatório do Departamento de Segurança Interna dos EUA sobre a morte, na terça-feira, de um mexicano durante uma operação de imigração, após ter sido – segundo a versão oficial – atropelado por um caminhão enquanto tentava fugir; Sheinbaum confirmou aos agentes que a vítima foi identificada, embora não tenha fornecido mais detalhes: "*Sim, ele foi identificado"*, comentou, acrescentando que a equipe consular mexicana está em contato com a família.

Questionada sobre as declarações feitas ontem pelo embaixador do México em Washington, Roberto Lazzeri Montaño, que indicou que Sheinbaum não conversou com Trump sobre as denúncias apresentadas pelo México a respeito das mortes de mexicanos sob custódia do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE), a prefeita confirmou: "*Diretamente com o presidente Trump, mas não recentemente*". Ela especificou que o Ministro das Relações Exteriores, Roberto Velasco Álvarez, conversou com o embaixador dos EUA no México, Ronald Johnson, e com funcionários do Departamento de Estado, a quem, segundo ela, manteve informado sobre as ações legais tomadas pelo governo mexicano e suas razões.

Sheinbaum indicou que a questão dos cidadãos mexicanos nos Estados Unidos fará parte de suas próximas conversas com Trump, "*quando conversarmos*", e lembrou que já abordou o assunto "*diversas vezes*" com o presidente americano.

---

[38] https://www.jornada.com.mx/noticia/2026/07/16/politica/sheinbaum-rechaza-orden-de-trump-de-reanudar-redadas-contra-migrantes

Panamá: Os efeitos do fechamento do Estreito de Ormuz estão sendo sentidos em toda a região[39].

Em função desse conflito fora da região, o Canal do Panamá registrou um aumento na demanda de trânsito, chegando a quase 40 travessias por dia. O número de navios que transportam combustível e gás natural liquefeito aumentou consideravelmente, intensificando as disputas geopolíticas entre a China e os Estados Unidos em relação ao canal.

Além disso, o preço das travessias pelo canal quase triplicou, passando de uma média de US$ 135.000 a US$ 140.000 antes da construção do Estreito de Ormuz para US$ 385.000 a US$ 425.000 atualmente.

Embora os efeitos do conflito no Irã estejam tendo um impacto positivo no Panamá e em seu canal, nem tudo são boas notícias. O canal é vulnerável às mudanças climáticas e suas eclusas dependem de lagos e padrões de chuva que as abastecem. Uma seca severa em 2023-24 forçou as autoridades panamenhas a reduzir o trânsito para apenas 18 navios naquele período. O fenômeno El Niño é outro fator importante que afeta a atividade do canal.

O reservatório do Rio Indio é um projeto que o Panamá planeja construir para garantir o abastecimento de água do canal. A rivalidade geopolítica entre a China e os Estados Unidos, juntamente com as preocupações de Trump com a segurança da cadeia de suprimentos, priorizou o Canal do Panamá sob a "Doutrina Donroe". A presença de empresas chinesas em concessões relacionadas ao canal aumentou nos últimos anos, e o governo Trump pressionou o Panamá para interromper essas concessões e abandonar a Iniciativa de Zonas de Livre Comércio, que incentivava o investimento chinês em infraestrutura.

O alinhamento do atual governo panamenho com os Estados Unidos provocou medidas retaliatórias da China, que deteve embarcações com bandeira panamenha em portos chineses.

No Peru, a Junta Nacional Eleitoral entrega a Keiko Fujimori as credenciais oficiais de presidente eleita para o mandato de 2026-2031.

A presidente eleita Keiko Fujimori[40] afirmou que seu governo marcará o início de uma nova era para o país, caracterizada por progresso, paz e a verdadeira inclusão dos peruanos que historicamente foram marginalizados e esquecidos. *"Estamos iniciando uma nova era, um novo rumo que deve ser marcado por progresso, paz, reconciliação entre os peruanos, restauração da confiança em nossas instituições e a verdadeira inclusão de todos os peruanos*", declarou.

"*Governaremos viajando por todo o Peru, ouvindo seu povo e garantindo que os compromissos sejam cumpridos; porque um governo não é medido pelo número de anúncios, mas pelas soluções que apresenta. Cada estrada concluída, cada escola reconstruída, cada hospital em funcionamento, cada família com acesso à água e cada jovem que encontra uma oportunidade de estudar ou trabalhar serão nossos indicadores*."

---

[39] "*The Panama Canal The Americas' chokepoint*". Publicado em The Economist. July 18th 2026 23. The Americas. Págs.: 23-24. Disponível em: https://www.economist.com/the-americas/2026/07/16/the-panama-canal-is-growing-more-important

[40] https://elperuano.pe/noticia/300370-keiko-fujimori-recibe-credenciales-y-llama-a-la-unidad-por-el-pais

A presidenta eleita fez um apelo à união: "*Este é um apelo para reconhecermos que todos temos um papel a desempenhar e que a pluralidade de ideias bem canalizadas pode se tornar a nossa maior força. Pensar diferente não nos torna inimigos*." "*Apelo a todas as forças políticas democráticas, governos regionais, governos locais, setor privado, trabalhadores, empresários, academia, organizações sociais e a todos os cidadãos que desejam contribuir, para que se unam com maturidade e convicção*."

"Nosso governo será composto por mulheres e homens de reconhecida capacidade técnica, experiência e vocação para o serviço público, independentemente de sua filiação política, porque o país precisa de um gabinete que saiba tomar decisões, que aja com rigor técnico e que entenda que servir ao Estado é uma das maiores honras que um cidadão pode receber."

Enquanto isso, o ex-candidato presidencial ***Roberto Sanchez*** pediu a Keiko Fujimori que concedesse o indulto ao ex-presidente Pedro Castillo[41].

[41] https://www.exitosanoticias.pe/politica/roberto-sanchez-pidio-keiko-fujimori-disculpe-sur-pais-indulte-pedro-castillo-n179664